

CONTRIBUIÇÕES DA UNEM – UNIÃO NACIONAL DO ETANOL DE MILHO à Consulta Pública ANP 10/2018, cujo objeto é divulgar nova regulamentação do credenciamento de firmas inspetoras visando a certificação de biocombustíveis, conforme a Lei Nº 13.576, de 26/12/2017, regulamentada pelo Decreto Nº 9.308, de 15/03/2018, ato este que, entre outros, dispõe sobre as atribuições da ANP no RenovaBio.

Cuiabá-MT, 22 de maio de 2018.

Apesar de ser uma tecnologia já há muito usada nos Estado Unidos da América, onde é responsável por quase a totalidade do etanol produzido naquele país, a indústria do etanol de milho e outros cereais é bastante recente em solo pátrio. Teve seu início em escala comercial no estado de Mato Grosso, com o desenvolvimento de usinas do tipo Flex, isto é, usinas de produção de etanol à partir da cana-de-açúcar adaptadas a produzir etanol à partir de milho.

Com o sucesso da iniciativa, em agosto do ano passado, foi inaugurada a primeira usina do tipo *Full* do Brasil (que utiliza apenas milho em seu processo de produção de etanol), no município de Lucas do Rio Verde/MT. Tal novidade ganhou bastante destaque, inclusive com a presença do senhor presidente da república, e serviu como demonstração de iniciativas de um Brasil que dá certo. Diante do sucesso desse empreendimento, diversos outros investimentos em ampliação e instalação de novas indústrias têm e materializado muitos outros têm sido anunciados recentemente.

Na esteira da tecnologia, esse processo recentemente chegado ao Brasil também produz, ao mesmo tempo, coprodutos de altíssima importância principalmente às cadeias de carnes, da alimentação humana e de outros biocombustíveis. Trata-se do farelo de milho, também denominado DDG e do óleo de milho, ambos resultantes do processamento do milho para a produção de etanol.

Assim, essa nova cadeia que se desenvolve no país tem extrema relevância quando se leva em consideração não só a produção de biocombustíveis, de alimentos e de ração animal. Também é muito importante pela demanda que gerará para a produção local de milho, a qual já gera excedentes relevantes, principalmente nas regiões mais distantes da tradicional agroindústria nacional (estados do sul do país) e dos portos. É o corolário perfeito, gerando a verticalização da produção de grãos nas regiões menos assistidas pela indústria tradicional e menos assistidas pela logística hoje disponível, contribuindo fortemente para a melhoria do PIB, com a geração de importantes postos de trabalho, de renda para a produção agropecuária, bem como contribuindo para o melhor uso da terra.

Diante desse cenário, e ainda considerando que o RenovaBio não é apenas um programa de redução de emissão de gases de efeito estufa mas, principalmente, um programa nacional de desenvolvimento da cadeia dos biocombustíveis, cujos impactos já foram destacados acima, avaliamos o material posto

em Consulta Pública, sobre os quais nos posicionamos conforme os itens abaixo, considerados os mais relevantes no momento:

- 1) **No item 5.1.1. Fase agrícola de produção da Nota Técnica RenovaCalc**, a penalização atribuída ao “perfil de produção padrão” visa incentivar o fornecimento de informações sobre o perfil de produção específico. Desta forma, a opção “padrão” torna-se uma alternativa para o preenchimento da RenovaCalcMD quando não é conhecido o conjunto completo de parâmetros técnicos de um processo produtivo agrícola. O que chama a atenção é a desproporção de penalização entre o etanol de cana-de-açúcar e o etanol de milho, no caso do perfil padrão de produção, sendo a média de penalização na produção de cana-de-açúcar 140% e a de produção de milho de 250%, conforme tabelas existentes no Apêndice A, mais especificamente tabela A1 x tabela A2. Tal desproporção também carece de justificativa e, portanto, manifestamos nossa discordância com essa diferenciação.
Outro ponto que destacamos, é que o uso maior de insumos, conforme previsto no item penalizado, certamente acarretará maior produtividade por hectare, levando-se a crer que isso não foi considerado na efetiva penalização na RenovaCalc.
- 2) **No item 5.1.3. Fase de distribuição da Nota Técnica da RenovaCalc**, a atribuição de distância média distribuição de 1500 Km para a produção de etanol à partir do milho, conforme previsto na tabela apresentada, em muito se diferencia das demais modalidades de produção de etanol (cana-de-açúcar e flex), que é de 700 Km, sem qualquer justificativa. É importante ressaltar que tanto a produção de etanol à partir da cana-de-açúcar como as usinas flex coexistem, nas mesmas regiões, com a produção do etanol à partir exclusivamente do milho. Portanto manifestamos nossa discordância com essa penalização.
- 3) **No item 5.2. Parâmetros de entrada na RenovaCalc**, mais especificamente na Tabela 3 – CE (critério de elegibilidade), tem-se a menção de que somente poderá ingressar no RenovaBio o Emissor Primário cuja biomassa seja oriunda de área de produção não localizada em área onde tenha ocorrido supressão de vegetação nativa a partir da data de promulgação da Lei 13.576, de 26 de dezembro de 2017, bem como o Emissor Primário, cujo fornecimento nacional de biomassa seja oriundo de imóvel rural com o CAR com status ativo ou pendente, conforme Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural e conforme definido pelo Decreto nº 7.830/2012. Também está previsto na Tabela 7, item 10, a possibilidade de uso de resíduos florestais como combustível industrial. Pois bem, nesse item ficou a dúvida sobre a biomassa necessária para a produção de energia, necessária para a atividade das usinas de produção de etanol de milho e também nas flex, que precisam ser adquiridas de fornecedores externos.

Assim, questiona-se:

- a) A biomassa referida no item CE Tabela 03 trata-se apenas dos insumos diretos para a produção do etanol (cana-de-açúcar, milho, palha, bagaço) ou também se refere à biomassa usada como combustível industrial (bagaço, cavaco, lenha, etc.)?
- b) como deverá ser a abordagem sobre a biomassa em forma de cavaco, proveniente de resíduos de serrarias que têm como matéria prima madeira nativa proveniente de exploração por meio de sistema de manejo sustentável, também devidamente enquadrado nos quesitos do Código Florestal Brasileiro e devidamente licenciado e fiscalizados pelo órgão ambiental competente, cuja destinação do produto principal é a produção de madeira serrada? Destaca-se que se tratam de resíduos e, ao nosso ver, deveriam ter carga zero de emissões, porém não se encontram incluídos nos itens elencados no tópico 4.2.2 Resíduos.

Nesse caso, opinamos pela inclusão do item resíduo florestal nativo, desde que condicionado à descrição acima.

- 4) Questiona-se, nesse item, como é feita a distribuição do consumo de biomassa combustível para a produção do etanol e, proporcionalmente, para a produção dos coprodutos, como os DDGs, óleo de milho, energia elétrica para distribuição? Como está sendo considerada a proporção no caso das usinas flex e exclusivas de milho?

Sendo assim, A UNEM – União Nacional do Etanol de Milho, entidade recentemente criada para defender os interesses da cadeia produtiva do etanol de milho e outros cereais, com o intuito principal de acelerar a agro-industrialização e o desenvolvimento de nosso país, com a garantia da sustentabilidade, vem contribuir com a presente consulta pública com o acima exposto.

Contando com a costumeira atenção, agradecemos.

Atenciosamente,



União Nacional do Etanol de Milho – UNEM
Ricardo Tomczyk
Presidente Executivo